

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA  
NO DIA 29 DE JUNHO DE 2015** -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e quinze, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e António Júlio Lopes Pereira, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta assembleia os seguintes deputados municipais: Ana Paula Agostinho Matias, Marco António Heleno Domingos da Silva, João Pedro Antunes Osório, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, João Pedro Lopes Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Luís Miguel Sá Pereira e Daniel Filipe Martins Coelho, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raul Santiago do Céu, João Miguel Alcobia Curvacho e Maria Domingas Caldeira Cabral de Mendonça, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores, João Pedro Costa Arraiolos eleito pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, eleito pelo Partido Socialista (PS) e Francisco José Saturnino Cunha, eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Apreciação e votação da Revisão da Carta Educativa. - Informação n.º 9/2015 Gabinete de Educação. -----

----- **Ponto 2** - Apreciação e votação da Consolidação de Contas de 2014 – Relatório de Gestão Consolidado. -----

----- **Ponto 3** - Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento – Revisão n.º 1 e Modificação às GOP's – Revisão n.º 1, referente ano 2015. -----

----- **Ponto 4** - Apreciação e votação do 8º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- **Ponto 5** - Apreciação e votação da Proposta de aprovação do início do procedimento de revisão do “Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de

Alpiarça” e, até à conclusão do referido procedimento, determinar a manutenção em vigor da atual redação e demais despachos proferidos nesta matéria. -----

----- **Ponto 6** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto 7** - Apreciação e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Municipais da LT-SRU na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT). -----

----- **Ponto 8** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 20 do Regimento. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão eram vinte e uma horas e doze minutos, começando por cumprimentar todos os presentes. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, começando por dar a palavra ao munícipe senhor Eduardo Costa que centrou a sua intervenção sobre os Legados, referindo que há cerca de um ano falou aqui numa situação de um Legado que estava a zeros, tendo o Sr. Presidente da Câmara na altura afirmado que teria problemas judiciais, quem insinuasse que ele ou os executivos por si dirigidos teriam feito desaparecer propriedades. Disse que o Sr. Vereador Francisco Cunha no dia treze de maio, apresentou um requerimento no qual solicitava que lhe fosse informada a composição dos legados à data da sua constituição e à data atual e que o Sr. Presidente da Câmara ultrapassando todos os prazos, ainda não se dignou responder, alegando que está a fazer um estudo honesto da situação. Questionou o Sr. Presidente da Câmara no sentido de o informar se possível para quando prevê a conclusão de tal estudo. Abordou depois a problemática das águas da Barragem dos Patudos e da existência de cianobactérias, neurotoxinas e hepatoxinas provenientes da decomposição de material orgânico que estará depositado no fundo da barragem e proveniente do lançamento de engodo de pesca desportiva, atividade esta, que na opinião do munícipe há muito devia ter sido proibida. Depois o munícipe disse que continuam a decorrer no local atividades balneares, nomeadamente triatlões e a prática de canoagem, por parte de jovens e crianças, atividades que segundo o mesmo também deviam ter sido expressamente proibidas. Lembrou que já muito

2/16

tempo que o Sr. Presidente da Câmara também prometeu fazer um aviso claro à população para o que se estava a passar com as águas da Barragem e até agora, que se saiba, não foi feita qualquer informação. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e em resposta às questões colocadas, disse que elas são recorrentes e que já foram respondidas em diversas ocasiões. Quanto aos Legados informou que com ele e com Executivos sob a sua presidência não desapareceu qualquer legado, que a câmara municipal administra os legados que lhes foram doados há décadas e está convencido que com outros executivos também nada desapareceu. O que aconteceu e já foi explicado é que durante todo o tempo em que a câmara é proprietária dos legados, têm existido trocas, permutas, cedências, reconfigurações dos legados, mas que nada desapareceu. Em relação ao legado Eng.º Álvaro da Silva Simões e devido a obras no Centro Cívico e a permutas com a cooperativa AgroAlpiarça estava desfalcado do ponto de vista meramente administrativo, de algum do seu património, que este executivo, conjuntamente com esta assembleia municipal, já trataram de legalizar. Considerou que o que foi dito na altura contra o atual e anteriores executivos, foram acusações graves, que mereceram por parte do Sr. Presidente da Câmara de Alpiarça, um reparo e um aviso, que teria de se haver com a justiça, quem continuasse com esse tipo de acusações. Porém apesar de haver uma tentativa evidente de judicializar a nossa vida política local, referiu que não está voltado para aí, a não ser que aconteçam ainda factos mais graves que levem a essa inevitabilidade. Sobre as águas da Barragem o Sr. Presidente da Câmara informou que o assunto também já foi aqui sobejamente debatido, que já foram aqui informadas as conclusões da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, sobre as análises feitas às águas e que inclusivamente citou aqui declarações de dirigentes da APA, ao jornal “Público”. Já foi dito também que a Barragem necessita de uma grande intervenção, que não pode ser feita a expensas da Câmara e por isso está a tentar-se o recurso a fundos comunitários ou governamentais para poder fazer a necessária intervenção de fundo. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Intervenções:** -----

----- Mário Santiago leu uma Declaração em nome da bancada do Todos Por Alpiarça (PPD/PSD-MPT), repudiando a intenção da Câmara de Alpiarça de instaurar um processo

3/16

disciplinar ao munícipe e funcionário João Paulo Leal, em virtude da sua intervenção em reunião de Câmara Municipal do passado dia 8 de Junho. Solicitou ainda que a presente declaração ficasse apensa à ata desta sessão. -----

----- João Curvacho chamou a atenção para o péssimo estado de conservação da estrada municipal que faz a ligação da Rua José Relvas à Quinta da Lagoalva. Perguntou se há alguma reparação prevista para o local e perguntou se a autarquia prevê candidatar alguns projetos ao Programa Portugal 2020. -----

----- Ana Paula Matias, disse que de certa forma concordava com o teor da intervenção do deputado Mário Santiago, mas opinou que a liberdade de expressão não pode ser usada para tudo e nem tudo pode ser dito a coberto da liberdade de expressão e não se pode permitir que acessoriamente se ofenda concretamente o PCP, quando supostamente se está a tratar de um assunto laboral, que tem sítios próprios para serem tratados. -----

----- Fernando Ramalho dirigiu uma calorosa saudação aos senhores deputados João Osório e Celestino Brasileiro, distintos membros do Gabinete de Apoio ao Executivo, pelo seu regresso a esta casa e disse esperar que a sua presença contribua para a melhoria dos trabalhos de fiscalização do Executivo municipal. Disse estranhar que esta Assembleia tenha sido marcada para esta segunda-feira e que é um incómodo para muitos dos deputados presentes, que têm outras profissões e perguntou qual a razão da assembleia ter sido marcada para esta data. Questionou o ponto de situação de uma exposição que o senhor munícipe Alfredo Desterro aqui veio fazer e que se prende com umas obras a fazer pela câmara municipal após resolução de litígio em tribunal. Questionou igualmente o ponto de situação relativamente a um requerimento que fez sobre as transferências de verbas da câmara municipal para a secção cultura do C.D. “Os Águias”, alegando que nunca mais recebeu resposta. Questionou o facto da Loja dos Patudos nunca mais ter reaberto ao público e se a câmara municipal terá ou não de devolver as verbas que recebeu dos fundos comunitários para a recuperação daquele espaço. Por último e sobre a intervenção que um funcionário da câmara municipal fez numa reunião de câmara, considerou como muito grave o facto do funcionário ter dito que um vereador lhe tinha sugerido que recebesse o deferencial do vencimento em horas, ou horas extraordinárias eventualmente não feitas e que isto é muito grave e que convém apurar e pediu explicações. -----

----- Miguel Sá Pereira fez uma apresentação em tela de fotos que mostravam as várias entradas de Alpiarça e criticou o estado de desleixo e abandono a que a vila de Alpiarça está a chegar. Referiu que à entrada de Alpiarça não há nada que apresente os aspetos relevantes que Alpiarça tem para oferecer, nomeadamente: O Museu dos Patudos, a Reserva do Cavalo do Sorraia, o Complexo Desportivo e a Barragem dos Patudos, a Cultura, os Produtos da nossa Terra e considerou que em seu lugar aparecem estruturas metálicas degradadas e em primeiro plano cartazes com palavras da CDU e do PCP, como que a demonstrar a quem passa pela nossa terra que é a CDU que governa Alpiarça. Criticou ainda a agenda de trabalhos do Presidente da Câmara, afirmando que poucos sabem o que é que faz concretamente na câmara. -----

----- João Osório desvalorizou a intervenção do deputado Fernando Ramalho em relação à sua pessoa e ao facto de fazer parte do GAP e da assembleia municipal, alegando que também ele durante muitos anos foi trabalhador avençado da câmara e era simultaneamente deputado municipal. Desvalorizou também a intervenção do deputado Miguel Sá Pereira, considerando que se serviram de umas fotos das entradas de Alpiarça para desferirem um ataque pessoal ao Sr. Presidente da Câmara e que começaram por falar de uma vila desleixada e ao abandono, mas que não apresentaram uma única rua suja. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara em relação à declaração que foi lida pelo senhor deputado Mário Santiago, disse que na reunião de câmara a que o mesmo se refere e após a intervenção do aludido funcionário, e tratando-se de questões laborais, declarou logo que não iria intervir sobre o assunto em reunião de câmara, porque estas questões exigem algum decoro e algum sigilo até para defender o próprio trabalhador e que não há muito mais a dizer, até porque está em curso um procedimento disciplinar. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado João Curvacho, concordou que é um facto que a referida estrada municipal está em muito mau estado e que apesar das correções pontuais, a estrada piora durante a época das chuvas e que uma intervenção de fundo só é possível recorrendo a fundos comunitários, embora a filosofia do presente Quadro Comunitário não aponte para apoios ao asfaltamento e recuperação de vias e caminhos municipais. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo senhor deputado Fernando Ramalho e mormente sobre o acordo judicial conseguido para a reabertura de um caminho

municipal, informou que até à data ainda não foi possível proceder às obras necessárias, mas que está convencido que as obras serão efetuadas no decurso do ano em curso. Sobre a resposta ao requerimento aludido, informou que ainda não dispõe de todos os dados, mas que assim que os tiver dará a resposta ao requerimento tão rápido quanto possível. Em relação à Loja dos Patudos, disse que é um facto que a loja esteve aberta cerca de um ano e fechou, porque literalmente a loja não vendia nada e não gerava receitas para pagar os vencimentos das duas funcionárias da mesma. Tudo isto já foi objeto de relatórios do INALENTEJO e de respostas argumentativas por parte da câmara municipal, a qual está a estudar um protocolo de cedência do espaço a uma entidade que possa dar-lhe o uso para o qual o espaço obteve financiamento comunitário. -----

----- Sobre a intervenção do senhor deputado Miguel Sá Pereira, disse que a apresentação do deputado ficou aquém das expectativas, apesar de na sua opinião, ser muito fácil arranjar fotos sobre a limpeza, sobre os espaços verdes, sobre a recolha de resíduos sólidos no concelho de Alpiarça, até porque são situações que são abordadas amiudadas vezes nesta sala, quer em reuniões de câmara, quer em sessões da assembleia municipal. Referiu que “somos os primeiros a dizer aqui que gostaríamos de ter o município mais limpo” e já aqui foi dito também que a câmara de Alpiarça perdeu nos últimos anos cerca de oitenta funcionários, quer por aposentação, quer por termo dos respetivos contratos de trabalho, os quais não são passíveis de renovação e não fosse com a participação e empenho das pessoas aqui colocadas através do Centro de Emprego, muitas das tarefas ligadas a essas áreas, nem seriam realizadas e seria impossível manter os níveis de limpeza que temos mantido e que estão abaixo dos níveis que desejamos. Quanto à propaganda política é um direito de todos os partidos e quer o PCP quer a CDU fá-lo aqui em Alpiarça e fá-lo noutros lados. Quanto às estruturas vazias sem cartazes e outdoors, informou que o atual executivo pretende pagar o que manda fazer e como tal não vai gastar o dinheiro que não tem em outdoors de muitos milhares de euros, porque além de não se poder endividar, também não teria como pagar mais dívidas. Admoestou o senhor deputado para não misturar assuntos pessoais com assuntos políticos e não estabelecer paralelismos, nem o tentar acusar de desleixo ou indiferença, e que era salutar manter elevado o nível de discussão. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Apreciação e votação da Revisão da Carta Educativa. - Informação n.º 9/2015 Gabinete de Educação.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que iria dar a palavra ao Dr. José Luís Avelino para fazer uma intervenção de enquadramento da proposta de revisão da Carta Educativa, proposta que já esteve presente também em reunião de câmara. -----

----- O Dr. José Luís Avelino fez uma apresentação detalhada, com a ajuda de projetor, do documento que tem cerca de uma centena de páginas. -----

----- Fernando Ramalho questionou o porquê das obras de requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Alpiarça estarem previstas para 2018 e o alargamento do Centro Escolar Abel Avelino estarem previstas para 2020, opinando que a data deveria ser a mesma, optando-se por uma das soluções. Disse acreditar que com a falta de dinâmica que o Executivo CDU está a dar ao concelho e com a diminuição da população, o mais certo é optar-se pela concentração de todos os alunos no Centro Escolar Abel Avelino

----- Celestino Brasileiro agradeceu as palavras de elogio e de respeito por parte do senhor deputado Fernando Ramalho à sua pessoa. Quanto à sua condição de eleito aqui, disse ser fácil de explicar e que tal como a primeira vez que participou numa assembleia municipal teria os seus 22 anos, os objetivos neste momento são os mesmos, por um lado contribuir para o bom andamento dos trabalhos da assembleia municipal e por outro lado contribuir para ajudar na resolução dos problemas da nossa população. Em relação à revisão da Carta Educativa disse que não podia deixar de agradecer a apresentação que aqui foi feita pelo Dr. José Luís Avelino, considerando-a clara e objetiva. Quanto à Carta Educativa que vai ser revista, disse registar com agrado que muitos dos objetivos que estavam espelhados na mesma, foram na sua maioria cumpridos, para bem da nossa população escolar, incluindo pessoal docente e não docente e ainda os pais ou encarregados de educação. Destacou a construção do centro Escolar Abel Avelino, a conservação de todos os edifícios escolares, com pinturas e arranjos interiores e exteriores, a colocação de quadros interativos, enfim, um conjunto de melhorias que durante a vigência desta Carta Educativa foram sendo realizadas. -----

----- O Dr. José Luís Avelino em relação à dúvida colocada pelo deputado Fernando Ramalho, informou que o desfasamento de datas se prende apenas com o facto de ser

7/16

em 2018 que irá ser efetuada a avaliação intercalar dos fundos comunitários e entre a avaliação dos fundos e a disponibilidade financeira costuma haver um desfasamento temporal, daí que se preveja também um desfasamento de 2 anos, mas nada que não possa ser reprogramado, pois a própria Carta permite reajustamentos. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara reforçando o que foi dito pelo senhor deputado Celestino Brasileiro, frisou que a concretização e cumprimento dos objetivos que foram traçados na carta educativa aprovada em 2005, foram realizados com os executivos CDU. O Centro Escolar Abel Avelino, foi começado, concluído e pago pelo Executivo CDU. A requalificação da Escola EB1 JI de Alpiarça, na Av.ª Carlos Relvas, a colocação de quadros interativos em todas as salas do 1.º ciclo da rede escolar em Alpiarça, a criação de salas novas de ensino estruturado especializado para crianças com necessidades especiais foi feita com este executivo da CDU. Já em relação à população referiu que um dos objetivos do PS em Alpiarça era a atração de 1.000 novos eleitores para o concelho, o que nunca conseguiu concretizar e lembrou que a esmagadora maioria dos municípios do distrito perderam população, tal como Alpiarça e apenas 5 ou 6 viram a sua população aumentar. Quanto à carta educativa ela aponta para uma realidade muito concreta, que é a necessidade de requalificar e pontualmente ampliar o que existe, sendo o que está a ser feito nos municípios na área da CIMLT. Finalizou dizendo que dada a limitação dos fundos comunitários, não estão previstas ajudas para financiar obras de requalificação ou restauro de antigas escolas, pelo que a escola EB 2,3/S José Relvas não poderá ser objeto de grandes obras com ajudas comunitárias, até porque não foram salvaguardados os interesses municipais, quando se recebeu uma escola com mais de 30 anos, com problemas estruturais graves, sem qualquer contrapartida financeira. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Consolidação de Contas de 2014 – Relatório de Gestão Consolidado.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos para fazer o enquadramento deste ponto. Depois de cumprimentar os presentes o vereador disse que apresentação deste Relatório decorre de uma obrigatoriedade da Lei 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente na redação do seu art.º 75.º, onde em determinadas circunstâncias há necessidade de apresentar contas consolidadas, sendo



este o primeiro ano em que tal acontece, havendo consolidação de contas com entidades participadas pela Câmara de Alpiarça, nomeadamente com Agroalpiarça, Resiurb, Águas do Ribatejo, CIMLT e LT-SRU. -----

----- Fernando Ramalho usou da palavra para perguntar se há algum prazo legal para aprovação destas contas. -----

----- Mário Santiago usou da palavra para dizer que após análise que fez às contas do município disponíveis no seu site, a Câmara Municipal tem vindo a diminuir a dívida mas simultaneamente tem vindo a apresentar resultados líquidos negativos de 2,5 milhões de euros e tem vindo anualmente a aumentar o seu passivo que neste momento se situa nos 20,6 milhões de euros. -----

----- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos opinou que se o senhor deputado trouxe uma comparação do passivo, então também deveria ter trazido uma comparação do ativo, que neste momento se situará em mais de 50 milhões de euros. Quanto à responsabilidade perante terceiros informou que a dívida do município é de 10,8 milhões de euros e se a Câmara de Alpiarça fosse uma empresa, que o não é, teria um resultado líquido positivo de mais de 29,5 milhões de euros, o que a colocaria num patamar de luxo, mas como não é uma empresa, as coisas não podem ser vistas assim. Quanto ao prazo de entrega das contas consolidadas, informou que o prazo é até 30 de Junho. -----

----- Mário Santiago disse que não quer contrariar o que foi dito, porque o Vereador tem razão, só que agora depois de apresentado este Relatório, sentiu-se legitimado a falar do passivo, coisa que até agora nunca tinha acontecido e passivo é passivo. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que o senhor deputado Mário Santiago foi deputado pela CDU durante 4 anos e durante esse tempo sempre validou e aprovou as contas apresentadas e essa questão do passivo nunca aqui foi levantada, porque estamos a falar de um município e não de uma empresa. E até agora também nunca aconteceu, porque a Lei a isso não obrigava, era que as contas fossem consolidadas. Teceu ainda alguns comentários sobre esta questão, afirmando por fim que a Câmara de Alpiarça foi penalizada pelo excesso de dívida, com o corte nas transferências por decisão da DGAL e que foi iniciado um processo de saneamento devido à Câmara de Alpiarça estar perante uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por maioria com 11 votos a favor, sendo 10 da bancada da CDU-(PCP/PEV) e 1 de Domingas Mendonça, da bancada do Todos Por

9/16

Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 5 abstenções, sendo 3 da bancada do PS e 2 do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS PARA ALÉM DAS 24:00 HORAS** -----

----- **Votação, nos termos regimentais, pela continuidade ou não dos trabalhos da Assembleia por se terem atingido as 00H00.** Aprovado com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV) e 6 votos contra das bancadas do PS e do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Declarações de voto:** Fernando Ramalho e Mário Santiago declararam que votaram contra por a reunião se estar a realizar em dia de semana que antecede um dia normal de trabalho. João Silva e Marco Silva declararam ter votado a favor por terem horários que lhes permitem continuar na Assembleia, coisa que algumas vezes anteriormente não aconteceu e também se mantiveram até ao final dos trabalhos. Finda a intervenção de Marco Silva, o deputado Mário Santiago afirmou que o deputado Marco Silva não tinha problemas na continuidade da Assembleia para lá da meia-noite, porque no outro dia de manhã podia ficar na cama e quando ele era Presidente desta Assembleia passou-lhe várias declarações para ele justificar as suas faltas e poder ficar a dormir as manhãs na cama. O deputado Marco Silva, indignado, respondeu que de facto tem horários de trabalho de tarde, de manhã e à noite e só pedia a justificação quando o horário de trabalho coincidia com o horário da Assembleia, nunca pediu justificações para o dia seguinte, nem pode. Mais disse que o deputado Mário Santiago teria de provar um único caso em que ele tivesse ficado na cama a dormir através de uma justificação por ele apresentada e terminou a sua intervenção, chamando mentiroso ao deputado Mário Santiago. -----

----- **Ponto 3 - Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento – Revisão n.º 1 e Modificação às GOP's – Revisão n.º 1, referente ano 2015.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que este documento se refere à incorporação do saldo de gerência do ano anterior na gerência deste ano. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por maioria com 11 votos a favor, sendo 10 da bancada da CDU-(PCP/PEV) e 1 de João Miguel Curvacho, da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 5 abstenções, sendo 3 da bancada do PS e 2 da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

10/16

----- **Ponto 4 - Apreciação e votação do 8º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos disse que se apresenta à apreciação deste órgão deliberativo o 8.º Relatório Semestral para o acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro, sendo que o presente se refere ao período compreendido entre 07 de outubro de 2014 e 06 de abril de 2015, fazendo ressaltar que um relatório intermédio, anexo ao relatório de contas de 2014, foi recentemente entregue com uma análise comparativa dos primeiros cerca de quatro anos de execução do PSF, pelo que se submete, agora, à apreciação pouco mais que os primeiros três meses do presente exercício, e se apresentam abaixo as comparações entre o período homólogo do exercício anterior que podem ser comprovadas nos mapas entregues aos senhores deputados. Realçou neste relatório a redução das despesas com o pessoal, que continua a evidenciar o demonstrado no relatório anterior apesar de apresentar uma pequena descida, em relação ao período homólogo de 2014, na ordem dos 0,51%. Forte redução na Despesa Corrente, justificada por grande contenção na despesa em função da queda verificada na arrecadação das receitas correntes conjugada com o acentuado esforço de redução do endividamento. Implementação de um sistema de Contabilidade de Custos, prevista no PSF e que já está implementada, permitindo a correção atempada dos desvios verificados. Acentuada redução na Despesa com Juros e Moras, não só pela redução das dívidas de médio/longo prazo, mas também pela redução das taxas de juro. Quanto às Receitas, verifica-se uma queda nas mesmas na ordem dos 4,7%. Finalizou afirmando que apesar de todas as adversidades e condicionalismos impostos não só pela situação que o país atravessa, mas também por alterações de pressupostos legislativos que cada vez mais dificultam a atuação das autarquias locais, a Câmara de Alpiarça tem conseguido atingir os objetivos que estiveram na génese do PSF, designadamente a redução da despesa e da dívida total e a consolidação do saneamento financeiro. -----

----- João Curvacho perguntou se no seguimento das palavras do senhor Vereador Arraiolos que confirmam uma inegável redução da Receita, não terá a Câmara de Alpiarça de deitar mão a um qualquer instrumento financeiro de molde a conseguir manter a aspiração de cumprir os objetivos a que se propôs, nomeadamente cumprir as Grandes Opções do Plano e fazer face a todas as despesas a ele inerentes. -----

11/16

----- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos considerou que é um facto que há uma grande diminuição de receitas de capital, principalmente porque não se têm verificado a realização de obras com comparticipação de apoios comunitários, apoios esses que são contabilizados como receitas de capital. Disse verificar-se também que não estão a ser conseguidos os objetivos previstos com a alienação de património. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por maioria com 12 votos a favor, sendo 10 da bancada da CDU-(PCP/PEV) e 2 da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 4 abstenções, sendo 3 da bancada do PS e 1 de Mário Santiago da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Declarações de voto:** João Curvacho declarou votar a favor, porque contas são contas e entende que as contas estão certas. -----

----- **Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de aprovação do início do procedimento de revisão do “Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Alpiarça” e, até à conclusão do referido procedimento, determinar a manutenção em vigor da atual redação e demais despachos proferidos nesta matéria.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que a Assembleia Municipal é o órgão competente para a aprovação de Regulamentos do Município com eficácia externa, sob proposta da Câmara Municipal. Nestes termos, é proposto o seguinte: -----

A - Apreciar e aprovar o início do procedimento de revisão do "Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Alpiarça", com vista à elaboração de proposta para ser submetida à apreciação dos órgãos competentes, que garanta os seguintes princípios: -----

- Assegurar a participação de diversas entidades na elaboração da proposta, nomeadamente a Junta de freguesia, as forças de segurança, entre outras entidades que se entenda poderem dar um contributo relevante, na preparação da proposta; -----
- Assegurar o cumprimento, por parte dos titulares dos estabelecimentos, dos limites impostos à sua atividade, no que diz respeito concretamente às atividades potencialmente geradoras de incómodo para os cidadãos; -----

- Definir áreas onde seja viável permitir horários de funcionamento mais alargados, designadamente em zonas não residenciais e que não provoquem um impacto nocivo no direito ao descanso dos cidadãos; -----

B — Apreciar e determinar que, até à entrada em vigor da revisão do regime de horários, a ser aprovado na sequência do procedimento previsto no número anterior, se reafirme e determine a manutenção em vigor do regime de horários de funcionamento constante do "Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Alpiarça", aprovado em reunião da Assembleia Municipal do dia 26 de abril do ano 2013, mediante proposta da Câmara Municipal tomada em reunião do dia 5 de abril do ano de 2013, bem como dos demais despachos e deliberações proferidos ao abrigo do mesmo, remetendo à Assembleia Municipal para aprovação a manutenção em vigor do atual regulamento até aprovação da revisão do mesmo. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por maioria com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), três votos contra da bancada do PS e três abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 6 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara abordou resumidamente esta informação escrita de modo a não prolongar por mais tempo os trabalhos da Assembleia. -----

----- Fernando Ramalho lamentou que da informação apresentada pelo Sr. Presidente, resulte que o mesmo não tivesse desenvolvido qualquer atividade para colmatar o encerramento da Renoldy em Alpiarça, o que faz pensar que a maioria CDU faz apenas uma gestão corrente do dia a dia do concelho e não mais se preocupou com o encerramento da fábrica, ou seja: fechou, está fechada e acabou-se. -----

----- João Curvacho disse que pela leitura da informação se fica com a sensação que há uma presença constante e assídua de viaturas municipais em oficina e perguntou se não seria de começar a gizar um plano de substituição de algumas destas viaturas que devem estar completamente obsoletas. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que esta postura que o senhor deputado Fernando Ramalho tem em relação ao trabalho da CDU na câmara de Alpiarça, não é de hoje é de sempre. Finalizou, dizendo que em relação à matéria em apreço e ao seu melindre, enquanto presidente do atual executivo em maioria e convicto que outros presidentes anteriores o fizeram, reserva-se o direito de não expor publicamente todos os contactos, reuniões ou outras diligências efetuadas a este nível e relacionadas com o desenvolvimento económico do concelho. -----

----- Vereador João Pedro Arraiolos explicou que de facto o parque de máquinas é bastante idoso, mas que na generalidade a maioria das idas à oficina são constituídas por pequenas reparações, manutenções e revisões. Concluiu que não está posta de parte a aquisição de viaturas em sistema de renting ou similar, logo que as condições económicas e de orçamento municipal o permitam. -----

----- Foi tomado conhecimento do ponto. -----

----- **Ponto 7 - Apreciação e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Municipais da LT-SRU na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT).** -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente fez a apresentação do ponto, dizendo tratar-se de um pedido de autorização de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) tendo por objeto a delegação nesta entidade das funções de preparação do projeto de delimitação de áreas de reabilitação urbana e do respetivo projeto de operação de reabilitação urbana, e das funções e do estatuto de entidade gestora, encarregada da gestão das operações da reabilitação urbana. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por maioria com dez abstenções da bancada da CDU-(PCP/PEV), três votos a favor da bancada do PS e três abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 8 -** Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 20 do Regimento. -----

----- **Intervenções:** -----

----- Fernando Ramalho apresenta voto de pesar pelo falecimento de Filipa Avelino.---

----- **Votação:** Aprovado por unanimidade. -----

----- O sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este período. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao segundo período de intervenção do público, começando por dar a palavra ao munícipe senhor Jorge Ferreira, o qual se debruçou sobre a problemática do encerramento da fábrica da Renoldy em Alpiarça, alegando que o Executivo alpiarçense tudo fez para evitar o encerramento da fábrica, mas que é impossível lutar contra uma política central, levada a cabo por sucessivos governos, ao longo de décadas, que tem levado à destruição da produção nacional. Foi depois dada a palavra ao munícipe senhor Eduardo Costa que abordou o tema do ensino do Mandarin no Agrupamento de Escolas de Alpiarça e tendo em conta que se está a esgotar o prazo dado pelo senhor Ministro da Educação para as escolas apresentarem as respetivas candidaturas ao ensino do Mandarin, era importante saber se a Escola de Alpiarça estava ou não interessada em apresentar a sua candidatura. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara em resposta ao munícipe senhor Eduardo Costa disse que teve conhecimento pela comunicação social que o governo português, que é quem define a política educativa nacional, está a estabelecer com algumas escolas, projetos piloto para o ensino do Mandarin dentro dos cursos de humanidades. Concluiu dizendo que enquanto Presidente da Câmara não interfere nas decisões do Agrupamento de Escolas, nem o Executivo se substitui ao Governo no pagamento a professores, sejam lá de que disciplina forem. -----

----- Mário Santiago pediu em defesa da honra, que o senhor deputado Marco Silva se retratasse em virtude da pequena altercação que tiveram há pouco, por ser verdade que sempre que necessário e solicitado, ele, Mário Santiago enquanto Presidente da Assembleia Municipal da Assembleia Municipal do anterior mandato, passou sempre as declarações de presença nas assembleias municipais, pedidas por Marco Silva, para justificar as suas ausências ao Serviço. -----

----- Marco Silva retorquiu que nunca disse que era falso e que sempre que necessário solicitou as respetivas declarações de presença nas Assembleias Municipais, mas só e apenas quando as mesmas eram coincidentes com a sua jornada de trabalho, como forma de justificação do tempo perdido e nunca para ficar a dormir no dia

seguinte à Assembleia como foi dito pelo senhor deputado Mário Santiago, e isso é que é completamente falso. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia Municipal, eram uma hora e doze minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

Presidente \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_